

Socialismo e mercado¹

Tatiana Khabarova

Fevereiro de 2001

Prezados camaradas,

Antes de mais entendamo-nos sobre o que é o mercado.

O mercado é a esfera de acção das relações monetário-mercantis, ou – o que é o mesmo – das relações de valor.

E o que é o valor?

O valor é a medida do trabalho abstracto.

E o que é o trabalho abstracto?

O trabalho abstracto é o trabalho que foi realizado não como auto-expressão da personalidade do trabalhador, mas sob pressão de circunstâncias exteriores, no sentido mais lato desta palavra. Podem ser, como se costuma dizer, constrangimentos não económicos, mas também pode ser a força de necessidades económicas dos mais diferentes tipos; ou ambos em conjunto.

Enquanto o trabalho abstracto existir na sociedade, existirão a lei do valor, a troca monetário-mercantil e, deste modo, o mercado.

Mas por que razão surge um tal fenómeno social-histórico como o trabalho compulsivo?

Inicialmente foi a necessidade material para assegurar a sua existência – em luta com a natureza – que obrigou o homem a trabalhar. Mas muito rapidamente se verificou que trabalhando em associação com os seus congéneres, o homem produz mais, e mesmo significativamente mais, do que precisa para assegurar a sua vida. Esse produto excedentário pode ser subtraído a quem trabalha e apropriado por outro qualquer. A apropriação do produto excedentário ou – como depois se passou a designar – do sobreproduto é o propósito de todo o sistema milenar de EXPLORAÇÃO DO TRABALHO.

Verificou-se também que os produtos do trabalho podiam ser trocados, isto é, não era de todo obrigatório que cada qual tivesse de produzir para si próprio todos os recursos vitais. Pode-se produzir algo que não se destina ao consumo pessoal e em

¹ Discurso no Seminário de Partidos Comunistas, promovido pelo Comité da Cidade de Moscovo do PCUS, Moscovo, 2 de Fevereiro de 2001.

troca do trabalho investido receber bens de consumo. Aqui aparece o problema fundamental da **MEDIÇÃO DOS GASTOS DE TRABALHO** e da divisão de qualquer trabalho, consoante o volume do seu produto, em trabalho necessário e trabalho excedentário, ou suplementar. Este problema é historicamente resolvido pelas relações de valor, ou relações monetário-mercantis, ou também chamadas relações de mercado.

Não é necessário demonstrar que a exploração do trabalho alheio e a apropriação do sobreproduto, subtraindo-a ao seu produtor directo, não é, digamos, uma coisa boa. Toda a história socioeconómica da humanidade consiste precisamente, em grande medida, na gradual consciencialização desta injustiça gritante e no amadurecimento da convicção de que uma tal ignomínia deveria ser banida. Até que, finalmente, todo esse teor conceptual foi exposto de forma detalhada e minuciosamente argumentada na teoria marxista, na teoria do comunismo científico.

Mas na natureza dessa injustiça, que deve ser eliminada, há ainda algo que temos de examinar.

A questão é que o sobreproduto tem um carácter total e inteiramente social. Ele é obtido apenas graças a determinados procedimentos, meios e invenções utilizados pelo trabalhador, os quais aparecem no processo de produção colectiva dos indivíduos e não podem ser obtidos senão da experiência laboral acumulada da humanidade. Por isso – por muito surpreendente que pareça – as classes exploradoras, ao confiscarem o sobreproduto, fazem-no em certa medida com razão, uma vez que é sobre elas que, em todas as épocas, recai a obrigação de assegurar a capacidade de defesa do Estado, garantir a ordem pública, o funcionamento da justiça, do sistema financeiro e de outros sistemas de importância vital. Na medida em que o sobreproduto é gasto para estes fins, o seu confisco, no essencial, é legítimo. A injustiça não consiste no facto de o sobreproduto ser confiscado, mas em ser gasto no consumo parasitário de alguém e não com o fim de elevação e melhoria da vida de todos na sociedade.

Aliás é precisamente esta contradição – a contradição entre o carácter social do **PRODUTO DO TRABALHO** e a sua apropriação privada – que o socialismo e o comunismo são chamados a resolver. Esta formulação não anula nem substitui nenhuma das outras contradições que são habitualmente referidas neste contexto. Antes as precisa e esta precisão é essencial. Isto porque até hoje, entre comunistas, existe uma profunda incompreensão do que é a principal tarefa do socialismo: não se trata tanto de socializar os meios de produção, mas sobretudo de encontrar a **FORMA DE CONSOLIDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO SOBREPORDUTO GLOBAL, OU RENDIMENTO LÍQUIDO DA SOCIEDADE**, correspondente à propriedade social dos meios de produção.

E como tive oportunidade várias vezes de repetir, enquanto não estiver encontrado o princípio da formação do rendimento que reflecta inteiramente a natureza social do sobreproduto global, não vale a pena falar em propriedade social, dado que esta, como tal, simplesmente não existirá.

Inversamente, se a forma de acumulação, ou consolidação, e distribuição do sobreproduto global, adequada à propriedade social dos meios de produção, estiver encontrada, o socialismo terá cumprido a sua missão histórica, e neste sentido estará construído. Neste caso, a propriedade social e todo o regime que nela assenta fecharam-se num sistema, num todo integral, adquiriram uma existência estável, e não episódica, e começaram a funcionar na arena histórica universal como um organismo

social autónomo e auto-suficiente. Para se aferir a construção do socialismo «*no fundamental*», como em tempos se dizia no nosso país, não precisamos de nenhum outro critério.

Assim, o sobreproduto global, em conformidade com a sua essência social, deve consolidar-se igualmente ao nível social, da economia nacional, e ser distribuído também através de canais sociais. Este tipo de relação a respeito do sobreproduto global, que é historicamente o mais elevado, este cume estrutural, só se alcança em resultado da revolução proletária e da transformação socialista da sociedade. É aqui que se inicia a ofensiva frontal da humanidade laboriosa contra o trabalho abstracto – sem finalidade para o próprio, alienado – e os seus derivados: valor, mercadoria, dinheiro, mercado, etc.

Porque será que os reguladores monetário-mercantis são instintivamente odiosos para os trabalhadores e porque será que o movimento emancipador revolucionário se rebela contra eles desde tempos imemoriais? Os trabalhadores pressentem que é por intermédio desses reguladores que lhes é atribuída uma parte da totalidade do produto do trabalho, a qual, com maior frequência, é vista como absolutamente insuficiente; e toda a parte restante se esvai e nunca mais lhes é devolvida sob qualquer forma. Mas quando o sobreproduto global começa, em medida crescente, a ser entregue ao trabalhador através de canais sociais, toda a atmosfera na sociedade se altera. Surge a sensação ardentemente desejada de que tudo o que foi feito pelas nossas próprias mãos nos foi devolvido, ademais acrescido pelo trabalho dos outros, tal como o nosso próprio trabalho contribuiu para o aumento do bem-estar geral.

Muda a atitude do indivíduo para com o trabalho, isto não são apenas palavras bonitas, mas uma realidade que pôde ser observada na URSS durante a época de Stáline. Este processo decorre em dois sentidos: à medida do desenvolvimento e aprofundamento do progresso científico-técnico, vão-se eliminando os trabalhos que não podem proporcionar o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores, que não podem ser objecto de escolha voluntária de alguém, nem a sua causa de vida. Em grau crescente e numa escala de massas, o trabalho adquire um carácter criativo, torna-se opção de vida para um número sempre maior de pessoas, a sua vocação. Mas a transformação completa, a alteração radical de qualquer gasto de trabalho em trabalho-criação consiste na necessária erradicação do trabalho abstracto, isto é, o trabalho que é realizado não por força da sua atractividade para o indivíduo, mas apenas em troca de quaisquer outros bens.

Juntamente com o trabalho abstracto desaparecem também o valor, as relações monetário-mercantis e o mercado; mas é preciso compreender muito bem que é exactamente o carácter do trabalho que constitui o terreno histórico para tudo isto, e que, à excepção de alterações radicais no carácter do trabalho, nada pode ser alterado aqui por quaisquer outros meios ou formas.

O indivíduo que trabalha por gosto, o que significa criativamente, expressa-se e realiza-se quase totalmente na esfera da sua actividade profissional. É aqui que obtém reconhecimento social, que alcança o estatuto social e encontra o círculo de relações por que anseia interiormente e considera merecer. As suas necessidades básicas – alimentação, vestuário, as diversas comodidades do quotidiano – ocupam um lugar relativo cada vez menor. Este indivíduo não vai correr a cidade à procura de um papel de parede com um padrão diferente do que tem o vizinho ou, desculpem-me, de uma retrete com um modelo especial. As pessoas que se expressam através do

papel de parede, da louça sanitária, etc., são aquelas cuja actividade profissional não lhes traz satisfação interior e apenas estão interessadas no dinheiro que recebem.

Para o indivíduo criativo, o consumo e o consumismo não é o campo da sua auto-realização. Isto não significa que tais pessoas não necessitem de objectos de conforto; simplesmente não reduzem todas as coisas à garantia do seu conforto, como campo de manifestação da sua individualidade. Isto, por sua vez, permite de modo crescente que também as suas necessidades básicas possam ser satisfeitas cada vez mais plena e globalmente por via social.

Não é difícil imaginarmos, por exemplo, que as habitações estejam já equipadas com televisores, aparelhos de rádio e telefone, frigoríficos, etc., isso será considerado tão normal como hoje é uma sala de banho ou uma placa de gás. A maioria esmagadora das pessoas prefeririam instalar-se num apartamento novo e começar logo a ver um programa de televisão sem precisarem de ir à loja comprar um aparelho.

Este processo tem também dois sentidos, uma vez que é precisamente nesta direcção que actua o sistema de distribuição centralizada do sobreproduto global, enquanto património social. O consumo social é por princípio não monetarizado. Quanto mais bens e serviços se proporcionar à população numa base não monetarizada, menor é o volume do valor de troca na economia, até desaparecer completamente da vida social.

Não se deve recear aqui o surgimento do igualitarismo na satisfação das necessidades e o apagamento da sua diversidade. Num serviço de Saúde gratuito os doentes não são tratados como se sofressem todos da mesma doença, tal como no sistema de Ensino gratuito os alunos não estão todos na mesma área de estudos. O espectro dos serviços gratuitos prestados aos cidadãos nos domínios da Saúde e do Ensino é extraordinariamente amplo e facultativo. Da mesma forma, no comunismo as pessoas não se vestirão todas de igual nem serão obrigadas a comer a mesma coisa. No entanto, o desperdício consumista, a destruição dos valiosos recursos do planeta, para que pessoas fúteis, incapazes de realizar trabalho útil, se possam pavonear à frente de outras – a tudo isto, naturalmente levantar-se-ão barreiras. E decerto que não o lastimaremos.

DE TUDO O QUE ATRÁS FOI DITO é absolutamente evidente que o trabalho abstracto, a lei do valor e todo o círculo de interligações monetário-mercantis ou de mercado continuarão a existir durante bastante tempo no socialismo, e só nos poderemos livrar deles gradualmente, por via da sua própria caducidade.

A criação do mecanismo de autoliquidação de todo este novelo gigantesco de relações sociais, ligadas ao valor e ao trabalho abstracto, é, no essencial, a finalidade do regime socialista como primeira fase da formação socioeconómica comunista. E, repito mais uma vez, todas as condições para a realização desta importantíssima missão foram criadas no socialismo da URSS do tempo de Stáline. Esta foi a sua realização máxima, uma autêntica apoteose da engenharia social daquela época, que tem uma irrefutável importância histórica universal. É de todo lamentável que este grandioso rasgo para o futuro não tenha até hoje sido devidamente valorizado ou sequer compreendido, e que as abordagens existentes sejam, na sua maior parte, perversões anedóticas.

Qual é pois (e deve ser) o mecanismo do «mercado socialista» ou (o que é o mesmo) o mecanismo da autoliquidação gradual e definitiva do mercado como tal?

Aqui o que mais me espanta é a relutância dos oponentes em compreender uma coisa, dir-se-ia, muito simples: nomeadamente a mutabilidade histórico-concreta de todo o complexo de relações relacionadas com o valor, a mercantilização e o dinheiro.

Não surpreende ninguém, e aliás é o abc do marxismo, o facto de historicamente se alterarem as formas de propriedade dos meios de produção. Mas então as relações de valor regem o quê? Em cada forma de propriedade, são elas que determinam na prática o resultado final do seu funcionamento: isto é, dividem o produto realizado em necessário e suplementar, «*trasfegam*» o sobreproduto do processo produtivo garantindo a sua recepção pela classe dos proprietários dos meios de produção. De modo que se a forma de propriedade se alterou historicamente, como pode permanecer imutável a forma de consolidação e distribuição do produto líquido? Trata-se de uma «*parelha*», coisas que têm a ver uma com a outra, e que simplesmente não existem separadas uma da outra.

O princípio da formação do rendimento modifica-se igualmente juntamente com a alteração da forma de propriedade. No feudalismo o sobreproduto é recebido pelos proprietários sob a forma de renda feudal (trabalho gratuito e tributos em géneros ou dinheiro). No capitalismo já não há quaisquer tributos a receber; esta é uma forma de consolidação do produto líquido que pertence irreversivelmente ao passado. Da mesma forma, na sociedade feudal ninguém ouviu falar da lei da taxa média de lucro; esta é uma modificação nova capitalista da lei do valor que consolida o sobreproduto, entregando-o à classe de proprietários sob uma nova forma histórico-concreta: a forma do lucro sobre o capital.

Pergunta-se, que conclusão todas as pessoas normais podem tirar daqui, caso os seus cérebros não estejam atulhados de naftalina? Parece que a conclusão é só uma: embora as relações monetário-mercantis continuem a agir durante certo tempo no socialismo, assumem aqui uma forma historicamente modificada, a qual é tão orgânica à propriedade socialista dos meios de produção como a lei da taxa média de lucro serve a propriedade burguesa. O problema consiste em encontrar essa MODIFICAÇÃO SOCIALISTA DAS RELAÇÕES DE VALOR, para que depois possa «*trasfegar*» o sobreproduto em benefício dos nossos proprietários associados – os trabalhadores – de forma tão ininterrupta como a lei da taxa média de lucro o trasfega em proveito dos capitalistas.

Ora este problema nem sequer precisa de ser resolvido, pois há muito que o foi. A modificação socialista do valor foi encontrada no nosso país e aplicada com sucesso durante a época de Stáline, ao longo dos anos 30 e 40 do século passado, e chama-se «SISTEMA DE DUAS ESCALAS DE PREÇOS».

Ficaram registadas reacções literalmente de pânico por parte de especialistas ocidentais que observaram o início, digamos, da exploração do modelo económico de Stáline. Isto foi qualificado como o principal desafio ao capitalismo, com uma gravidade sem precedentes, até ao final do século XX. Não surpreende que os golpes mais furiosos e devastadores da guerra informativa-psicológica se tenham concentrado precisamente no sistema económico criado sob a direcção de Stáline

Todas as conclusões a que chegámos no último meio século – económicas e, em consequência destas, geopolíticas – assentam precisamente no facto de que o inimigo de classe conseguiu desviar-nos do caminho de Stáline no domínio da economia. E se não estiver claro para nós próprios, finalmente, que foi precisamente ali que se travou a batalha decisiva, que é ali e apenas ali que é necessário regressar depois de toda esta odisseia – então nunca mais sairemos da actual zona negra.

NÃO OBSTANTE repetir tudo isto há 30 anos – desde o meu primeiro artigo publicado na revista *Kommunist* n.º 1 de 1988 – as conclusões a que cheguei, absolutamente indiscutíveis na sua substância, ricocheteiam como ervilhas contra uma parede: conclusões fundamentadas, não digo sequer no bom senso, mas na prática económica que realmente existiu num país imenso. E ainda me perguntam donde saiu a quinta coluna. Pois ela saiu do mesmo sítio onde, ao longo de décadas, se revela uma «*incompreensão*» ostensiva de coisas elementares, sem o esclarecimento das quais o movimento não pode indicar nem orientações correctas sobre o passado, nem perspectivas de futuro, nem uma racional forma de agir no presente.

A argumentação seguinte também foi por mim repetida dezenas de vezes – provavelmente desde que falei na tribuna da Conferência Económica de Toda a União, no Outono de 1989, depois na II Conferência de Toda a União do «*Edinstvo*», na Primavera de 1990, e a seguir por toda a parte. Pois haja alguém que tente explicar-me qual é a parte nesta argumentação que é intangível para o entendimento de uma pessoa comum.

O sobreproduto global é extraído do processo económico como se estivesse «*colado*» ao factor produtivo que constitui o principal objecto de apropriação e símbolo do poder da classe dominante. Deste modo, a renda feudal está «*colada*» à terra; o lucro na sociedade burguesa está «*colado*» ao capital investido, isto é, forma-se proporcionalmente ao capital investido.

Ora para se compreender a lógica e a estrutura interna da modificação socialista do valor é preciso saber: o que é que nela deve colar-se ao rendimento líquido social? Com toda a evidência é o trabalho vivo, uma vez que no socialismo é precisamente o trabalho que o principal património e o símbolo do poder dos cidadãos como proprietários associados dos meios de produção.

Mas por si próprio o trabalho não faz parte do sistema de relações monetário-mercantis, uma vez que não tem valor e preço. Na sociedade socialista a carapaça de valor apenas é mantida pelos MEIOS DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO VIVO, os meios de reprodução da força de trabalho – os bens de consumo. Aqui reflecte-se o facto de a herança do passado no trabalho estar longe de desaparecer no socialismo – o seu carácter «*abstracto*», «*forçado*», «*sem ser um fim em si próprio*». Portanto, são precisamente os bens de consumo que na economia socialista devem servir de «*coagulantes*» do rendimento social líquido, exactamente como no regime burguês o «*coagulante*» do lucro é o capital investido.

A formação do rendimento no socialismo deve realizar-se SEGUNDO O TRABALHO, proporcionalmente aos gastos de trabalho vivo – exactamente como na sociedade baseada na propriedade privada ela se realiza SEGUNDO O CAPITAL, proporcionalmente ao capital investido. Será isto impossível de compreender ou poderá ser contestado por uma mente sã e uma memória sólida?

Nesta conformidade, I.V. Stáline, na sua obra genial *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, traça-nos o quadro do MERCADO SOCIALISTA: no mercado socialista apenas os meios de reprodução do trabalho, ou bens de consumo, constituem mercadorias no sentido próprio da palavra, não o são a terra, a força de trabalho e os meios de produção (isto é, praticamente toda a produção destinada ao processo técnico-produtivo).

Embora esta produção técnica-produtiva seja registada e contabilizada durante o fabrico, o seu preço já não pode incluir uma forte componente de formação de rendimento. E não é apenas porque os meios de produção não se vendem na economia

socialista, sendo entregues através dos canais de abastecimento técnico-material. Mas é precisamente porque não se vendem, porque não intervêm como mercadorias, que o trabalho social no socialismo, ECONOMICAMENTE, perde o papel de principal acumulador de rendimento líquido, passando este papel a ser desempenhado pelo trabalho vivo.

Por via de uma política de REDUÇÃO DOS PREÇOS NA PRODUÇÃO, conduzida conseqüentemente pelo Estado, o rendimento líquido criado pelo trabalho dos operários é encaminhado, através dos elos sociais-tecnológicos, para o mercado dos produtos acabados – dos bens de consumo. Para informação dos diletantes que discorrem sobre a economia de tempo e tudo o mais, sublinho mais uma vez que o rendimento social líquido socialista chega ao seu lugar de amadurecimento – ao mercado da produção social acabada – precisamente sob a forma de ECONOMIA DE GASTOS, da redução por toda a parte e aos diferentes níveis dos custos de produção. O rendimento líquido adquire forma monetária apenas no preço dos bens de consumo, onde atinge a sua maturidade final e é vertido para o depósito de todo o processo social-produtivo.

Na URSS, a componente de formação de rendimento incluída no preço dos bens de consumo foi designada, de modo muito infeliz, de imposto de circulação. Muitos economistas soviéticos assinalaram várias vezes a inadequação deste termo. Na realidade não se trata de nenhum imposto, mas do rendimento líquido da sociedade, consolidado de forma socialista, isto é, em proporção ao trabalho vivo. E a quantidade de trabalho vivo gasto na economia nacional mede-se precisamente pelo volume de bens vitais destinado à sua reprodução.

O imposto sobre a circulação, como é sabido, constituía inteiramente uma receita do orçamento do Estado, representando a maior parte do RENDIMENTO LÍQUIDO CENTRALIZADO do Estado socialista. O sobreproduto global consolidava-se assim quase na totalidade ao nível nacional, ao nível do Estado, o que exprimia de forma brilhante a descoberta sócio-estrutural da sua essência social primordial. Por que razão o sobreproduto não se formava por toda a parte nas células de produção? Essa é uma questão há muito ultrapassada. Não se formava nas células de produção porque no socialismo, OBJECTIVAMENTE, não é lá que se forma e amadurece.

Da mesma forma que o rendimento líquido socialista só pode consolidar-se normalmente à estala do Estado, também a sua distribuição não deve realizar-se no quadro de uma unidade económica em separado. A demagogia em torno do alegado direito da empresa ao seu produto é um típico logro colectivo em que caem os próprios trabalhadores. Os trabalhadores recebem a sua parte do sobreproduto global, enquanto coproprietários dos meios de produção sociais, através da redução regular dos preços a retalho e do aumento sistemático dos fundos de consumo social não pago.

Resposta a um participante no seminário

Gostaria de responder de forma mais desenvolvida a uma questão que me foi colocada na sessão anterior por A.S. Bársov sobre o trabalho suplementar.

Marx teria dito alegadamente que no comunismo o trabalho será necessário, como poderia eu falar de trabalho suplementar? Não entrarei em pormenores, mas direi, em primeiro lugar, que não me referi ao comunismo, mas apenas ao socialismo, e são

duas coisas muito diferentes. Segundo: em nenhum lugar falo de TRABALHO suplementar, mas apenas de SOBREPORDUTO; o que, mais uma vez, está longe de ser uma e a mesma coisa.

Sobre a substância, recorde que o clube político de Moscovo da Plataforma Bolchevique no PCUS, em Maio de 1996, realizou uma sessão inteiramente dedicada a A.S. Bársov e à sua confusão entre trabalho suplementar e sobreproduto. Nesta sessão A.S. fez uma intervenção após a qual lhe foi explicado em profundidade quais os seus equívocos e erros. E A.S. não conseguiu objectar nada a essa explicação.

Apesar disso, passados quase seis anos, A.S. Bársov volta a invocar Marx... Será que em seis anos não teve oportunidade de ler as passagens de Marx e Engels que eu lhe indiquei? Nelas, Marx e Engels explicam muito claramente que o surgimento de novo valor, ou sobreproduto, é o resultado da utilização produtiva da mercadoria «*força de trabalho*». A faculdade de produzir novo valor, de criar o sobreproduto, constitui o VALOR DE USO DA MERCADORIA «*FORÇA DE TRABALHO*».

Qualquer mercadoria tem um valor de uso, por outras palavras, um conjunto de características úteis, pelas quais uma determinada mercadoria é comprada no mercado e é pago um preço por ela. Mas peço-lhe que me responda, você que é um notável «*marxista*»: O que é que se paga no preço da mercadoria? Será que se paga especificamente o seu valor de uso? O que se paga são os gastos de trabalho no fabrico de uma dada mercadoria, e apenas eles entram nos gastos de produção. O valor de uso não tem nenhuma relação com os gastos de produção. Esta é a linha divisória entre a abordagem marxista e a abordagem burguesa-vulgarizadora: ou se paga pela mercadoria porque ela é útil (então devia-se pagar por tudo: pela terra, pelos cogumelos da floresta, pelo ar, pela luz do sol), ou porque no seu fabrico foi gasto trabalho vivo e trabalho social.

E com a mercadoria «*força de trabalho*» as coisas não se passam diferentemente. O seu valor de uso – isto é, o sobreproduto que cria – não tem igualmente qualquer relação com os gastos de produção, apesar de ser calculado em dinheiro. É uma espécie de paradoxo, mas foi precisamente por isso que V.I. Lênine preveniu que não se pode compreender nada em Marx sem estudar toda a lógica de Hegel. Nos gastos de produção – isto é, na produção também do sobreproduto – entra apenas o valor dos meios vitais do trabalhador, como se fosse o valor dos gastos no fabrico da mercadoria «*força de trabalho*». Este valor é pago aos trabalhadores sob a forma de salário.

E aqui podem interpelar-me: então e o trabalho pago e não pago, necessário e suplementar?

O trabalho pago e não pago é simplesmente um procedimento dialéctico que Marx e Engels utilizaram (tal como Stáline referiu nos «*Problemas Económicos*») para explicar à classe operária a fonte da sua exploração e dar-lhe uma arma moral para o derrubamento do capitalismo. Na realidade não existe tal divisão entre trabalho necessário e trabalho suplementar, e não é apenas no socialismo e no comunismo, mas também no capitalismo. TODO o trabalho do operário é necessário por igual; necessário para quê? Para criar um valor superior ao valor dos meios vitais que ele consome. Se o trabalhador não cria este valor suplementar, então a sua força de trabalho perde o valor de uso, isto é, deixa de ser uma mercadoria no mercado, simplesmente ninguém a compra.

O trabalhador é pago porque cria valor suplementar; mas os gastos na produção de valor suplementar não equivalem de forma nenhuma a esse valor suplementar, ou

lucro, mas apenas ao valor da reprodução da força de trabalho. Isto é repetido por Marx e Engels muitas vezes de diferentes maneiras.

Muito bem, então em que consiste a injustiça e a exploração?

Pela sua natureza, o sobreproduto é um fenómeno puramente social; só surge graças ao facto de o trabalhador utilizar na sua actividade toda a experiência laboral anterior da humanidade. A injustiça e a exploração consistem em que o sobreproduto deveria pela sua natureza pertencer a toda a sociedade, servir o bem-estar geral, mas em vez disso é apropriado por indivíduos particulares – os proprietários dos meios de produção. A este respeito, deve-se assinalar, criou-se no nosso país uma tradição assaz estranha: fala-se da eliminação da propriedade privada e da socialização dos meios de produção, no decurso da revolução socialista, e ponto final. Porém, o sentido das transformações socialistas não está na socialização dos meios de produção em si, mas na **SOCIALIZAÇÃO DO SOBREPORDUTO**.

E é por não verem este aspecto importantíssimo que continuam a não conseguir avaliar toda a genialidade das descobertas económicas de Stáline. O que Stáline fez não foi outra coisa do que – na sequência de Lénine – completar esta «*segunda metade*» da revolução proletária: no seu modelo económico juntou à propriedade social dos meios de produção o princípio e o mecanismo da consolidação social e da distribuição social do sobreproduto global, ou rendimento líquido da sociedade.

E aqui é preciso afirmar com toda a firmeza que, se a divisão entre TRABALHO necessário e suplementar é uma convenção dialéctica, já a divisão entre produto necessário e SOBREPORDUTO é uma realidade económica que tem de ser levada em conta sob pena de não se construir nenhum socialismo. Não se deve criar nenhuma confusão a este propósito e muito menos com a cobertura de Marx. O produto necessário, sob a forma de salário com as suas diferentes componentes, é um elemento dos gastos de produção locais, isto é, o custo de produção numa empresa em concreto. Enquanto o sobreproduto é património social que não entra de modo algum nos gastos de produção de uma empresa em concreto, não pode formar-se nem ser aqui distribuído, apesar de ser criado com o trabalho dos operários numa determinada empresa.

O quebra-cabeças consiste no facto de que é preciso separar o sobreproduto com um rigor irrepreensível dos gastos locais, através da massa de ligações da economia nacional, e levá-lo para o nível do Estado; consolidá-lo aqui e depois distribuí-lo, para que todos o recebam segundo o trabalho de todos. E tudo isto tem de funcionar em regime de auto-regulação automática e natural. Este problema foi inteiramente resolvido na URSS durante a época de Stáline – resolvido com elegância tão espantosa que é preciso ser-se muito estúpido e medíocre para não ver.

Quando demoliram o modelo de Stáline, durante a famigerada «*reforma*» de 1965-67, esse pogrom, essa infame diversão, foi cuidadosamente coberto pela quinta coluna com diversas fundamentações «*científicas*». Uma dessas fundamentações foi a teoria dos chamados «*gastos sociais necessários de trabalho*», teoria que A.S. Bársov nos traz hoje aqui. Trata-se na verdade de uma manipulação: se todo o trabalho é necessário então também todo o produto é necessário. Por outras palavras, o lucro devia ser considerado como um elemento dos gastos de produção e formar-se não no nível social, mas por toda a parte nas células da economia. Desta forma destruiu-se a principal realização social-estrutural de toda a época soviética anterior: o esquema da socialização do sobreproduto global e da sua distribuição, precisamente, segundo

o trabalho, isto é, através de canais estatais, através da redução dos preços e do aumento dos fundos de consumo gratuito.

Quando o processo de consolidação e distribuição do rendimento líquido foi transferido do nível económico nacional para o nível local, a propriedade social dos meios de produção foi substituída de facto pela propriedade privada grupal, com as suas variantes mais disformes e desfiguradas. Depois, com Gorbatchov, esta desmontagem foi levada até ao seu fim lógico, até ao restabelecimento directo da propriedade privada e ao afastamento completo e total dos trabalhadores do produto do seu trabalho.

Pergunta-se, que pretendem essas pessoas que, passe a expressão, pregam essas teorias no movimento de esquerda actual? Não compreendem que o país foi destruído precisamente com a ajuda desse cozinhado diversionista e outros semelhantes. E ainda: será que não compreendem que caso se considerasse o sobreproduto como um gasto de produção então o orçamento do Estado não poderia ter despesa social, e todos os bens sociais teriam de ser oferecidos como mercadorias, isto é, a vida organizar-se-ia segundo o princípio de que «*tudo é pago*»? E nesse caso em que se diferenciam de Gref ou de Gaidar?² Estes são os seus verdadeiros correligionários políticos e não Marx, que nunca disse nem escreveu essa absurdidade de que o lucro seria um elemento dos gastos de produção.

Tatiana Khabarova

Doutorada em Ciências Filosóficas

Secretária-coordenadora da Plataforma Bolchevique no PCUS

Membro do Comité Executivo do Congresso de Cidadãos da URSS

² **Gref**, German Oskarovitch (1964), político russo, antigo ministro do Desenvolvimento Económico e Comércio (2000-2007), actualmente presidente Sberbank da Rússia.

Gaidar, Iegor Timúrovitch (1956-2009), economista e político russo, foi primeiro-ministro da Federação Russa, entre 15 de Junho e 14 de Dezembro de 1992. (*N. Ed.*)